

Teoria da Escolha Racional: uma análise temporal dos dados do Barômetro das Américas

Felipe Marques Esteves Lamarca

Resumo: Os debates a respeito do comportamento eleitoral são amplos e envolvem uma série de Escolas de pensamento, ora concordantes, ora divergentes. Este trabalho avalia os dados do relatório “Opinião Pública Brasileira e seu lugar no Barômetro das Américas”, de 2019, produzido por George Avelino (CEPESP FGV-SP) a partir da Teoria da Escolha Racional, mais especificamente a vertente do voto retrospectivo. Os resultados preliminares da análise mostram que a edição da pesquisa de 2017, primeira após o impeachment de Dilma Rousseff e a crise econômica de 2015, levantou dados que apontam uma ascensão de atitudes mais extremistas por parte da população que levaram à ascensão da direita e à eleição de Bolsonaro. Isso coincide, de forma geral, com críticas aos governos do PT em anos anteriores.

1. Introdução

A literatura sobre comportamento eleitoral engloba explicações variáveis de porque os eleitores optam por determinada posição política ao invés de outra. A Escola Sociológica do Voto, por exemplo, argumenta sobre a importância da tradição política da família na escolha do voto; a Escola Psicológica comenta a respeito das características sociais e psicológicas dos indivíduos, que conformam o voto e o tornam razoavelmente previsível. A Cultura Política, por sua vez, ainda reforça a importância da socialização, da educação e outros aspectos que fazem com que determinada sociedade esteja mais ou menos apta para se adaptar a regimes democráticos. Com isso, formalizam uma visão de que o eleitor é irracional, dado que seu voto é determinado muito mais por aspectos que atravessam sua vida social do que propriamente um cálculo racional.

Por outro lado, a Escola da Teoria da Escolha Racional afirma que, se o indivíduo é capaz de elencar preferências e optar por aquela que parecer menos custosa para alcançar seus objetivos, então ele deve ser considerado racional. Essa Escola se divide em duas vertentes: (i) aquela que argumenta que o voto é determinado prospectivamente, isto é, avaliando o melhor cenário a partir das escolhas partidárias disponíveis; e (ii) aquela que afirma que o voto é determinado a partir de uma análise retrospectiva, em que o eleitor avalia o governo a partir dos parâmetros que parecerem mais razoáveis.

Este trabalho tem como objetivo principal aplicar as principais ideias da Escola da Teoria da Escolha Racional aos dados produzidos em painel temporal pelo LAPOP desde

2006. Em especial, é analisado o relatório “Opinião Pública Brasileira e seu lugar no Barômetro das Américas”, de 2019, produzido por George Avelino (CEPESP FGV-SP). Fundamentalmente, trata-se de uma tentativa de identificar de que modo a opinião dos cidadãos brasileiros a respeito de determinadas temáticas variou conforme acontecimentos importantes na história recente do país. Parte-se do pressuposto de que os eleitores são racionais e tomam decisões conforme o que lhes parece menos custoso, dado que são capazes de elencar preferências. Em particular, toma-se como base a vertente da Teoria da Escolha Racional que argumenta que o eleitor baseia seu voto na avaliação retrospectiva de determinados parâmetros que considera mais importantes.

2. Revisão de literatura

A literatura sobre comportamento eleitoral é ampla e comporta uma série de Escolas que formularam, ao longo do tempo, argumentos distintos, ora complementares, ora divergentes, sobre os motivos que levam um eleitor a apresentar um determinado comportamento frente às urnas. Fundamentalmente, os argumentos se distanciam ao fornecerem respostas diametralmente opostas à seguinte questão: “o eleitor é racional?”.

De fato, a pergunta não é posta necessariamente desta forma, mas o desenvolvimento argumentativo parte, ou pelo menos gira em torno, da sua resposta. Para Campbell et al. (1960), desenvolve o conceito de funil de causalidade, um constructo que permite que o pesquisador determine, com certo grau de confiabilidade, quais variáveis foram mais determinantes na escolha do voto de um certo indivíduo. O eleitor só seria considerado racional se fosse capaz de justificar seu voto mobilizando um sistema de crenças (CONVERSE, 2006), isto é, associando elementos a partir de explicações causais. Pelo baixo nível educacional, não se podia considerar o eleitor médio racional: sua expressão política era, antes, resultado da conjugação de uma série de variáveis psicossociais, e não efetivamente racionais. Outros autores ainda chamam a atenção para a importância primordial do núcleo familiar na escolha do voto de um indivíduo, seguido dos líderes de opinião e campanha política (LAZARSFELD; BERELSON; GAUDET, 1962).

O caso da Cultura Política amplia a argumentação na medida em que busca explicações para o comportamento eleitoral na multidisciplinaridade, aproximando os estudos políticos com práticas metodológicas e teorias da psicologia, sociologia, antropologia e economia. Com o trabalho seminal de Almond e Verba (1970), que realiza um dos primeiros grandes *surveys* eleitorais da história americana, chamando a atenção para a necessidade de estudos comparados, o conceito se firma na Ciência Política. A ideia é que o comportamento

dos eleitores resulta da conjunção de uma série de fatores, em especial: a socialização na infância, da educação, a exposição aos meios de comunicação, experiências adultas com o governo, com a sociedade e com o desempenho econômico do país. Na prática, defende-se que o sucesso de sistemas democráticos depende da compatibilidade entre as instituições de um país e o conjunto de valores, crenças e atitudes partilhadas pela população.

Já a Escola de Teoria Racional do Voto, que tem como marco fundador o texto de Downs (2013), propõe uma nova resposta à questão enunciada no início desta seção. Amalgamada à teoria econômica, o ponto de partida é a ideia de que atores lidam com recursos escassos e, portanto, racionalmente definem o caminho menos custoso para atingir uma meta pré-definida. Isto é, atores são racionais, e portanto a escolha do eleitor frente às urnas é racional. Ora, se a Escola Psicológica afirmaria que um eleitor só é racional se é capaz de justificar seu voto através de explicações causais consideradas razoáveis, a Teoria da Escolha Racional relaxa esta hipótese ao definir: se o eleitor é capaz de ordenar preferências e escolher entre as opções A e B, então há racionalidade, considere o pesquisador os motivos razoáveis ou não. Em particular, a previsão dos resultados eleitorais sob esta teoria não é mais proveniente de um funil de causalidade. Nesse caso, um pesquisador consegue prever o comportamento do eleitor se for capaz de identificar qual é seu objetivo e o cenário menos custoso para alcançá-lo.

Se *Uma Teoria Econômica da Democracia* (2013), de Downs, funda a Teoria Racional do Voto, a argumentação do autor pende para uma vertente dessa teoria que postula pela ideia do voto prospectivo. Em outras palavras, trata-se da ideia de que o eleitor aposta em uma determinada visão de futuro a partir das posições político-partidárias disponíveis. Por outro lado, a ideia de voto retrospectivo é fundada por *Economic Retrospective Voting in American National Elections: A Micro-Analysis* (1978), de Morris P. Fiorina. Trata-se de um esforço racional do eleitor em avaliar se o governo atendeu ou não às suas expectativas.

Corrêa (2015) é um exemplo de pesquisa que mostra como características adotadas por governos no âmbito da economia refletem diretamente na escolha dos eleitores por punir ou premiar determinado candidato na disputa eleitoral. O autor mostra como os programas de transferência de renda condicionada (TRC) adotados durante o primeiro governo Lula, em particular o caso do Bolsa Família, foram o que melhor explicaram não só o crescimento de votos de Lula entre a população mais pobre, mas também a queda (praticamente equivalente) nos votos entre a população mais rica, hipótese até então negligenciada pela literatura:

A história do ciclo eleitoral de 2002-2006 é uma história sobre reações das diferentes classes à ênfase do governo no combate à pobreza e à desigualdade. O Bolsa Família não foi o único instrumento utilizado nesse intento, mas foi inegavelmente o mais visível, aquele que despertou as reações mais intensas, muitas vezes exageradas, em eleitores de todas as classes sociais. [...] Sua principal contribuição para o debate é interpretar as reações negativas das classes altas também como reações à ênfase do governo na área social em geral, e no Bolsa Família em particular. (CORRÊA, 2015, p. 531)

Outra análise interessante também mostra como o percentual de antipetistas na população brasileira tendia a crescer quando surgiam escândalos de corrupção nos governos do PT, mas caíam nos períodos de bonança econômica do mesmo governo (BORGES; VIDIGAL, 2018). Trata-se, de forma clara, do desempenho da economia com um impacto claro na avaliação do desempenho do governo de forma geral.

Apesar de essa teoria normalmente se destacar por conta da análise econômica - afinal, de fato é um dos fatores mais importantes -, a ideia é que os parâmetros utilizados pelos eleitores na análise retrospectiva são variáveis. Uma hipótese alternativa, por exemplo, sugere que quanto mais longe do centro ideológico estiver um presidente, menos a economia tende a afetar o voto dos eleitores e o resultado eleitoral. Dito de outra forma, um eleitor pode acreditar que a economia não é necessariamente a melhor forma de avaliar um governo em determinados contextos.

Há uma série de dados disponíveis com potencial de ampliar as análises a respeito do comportamento eleitoral no Brasil. Este trabalho tem a pretensão de aplicar a literatura de comportamento eleitoral, mais especificamente a linha da Teoria da Escolha Racional que aposta no voto retrospectivo, para avaliar dados de painel produzidos pelo LAPOP desde 2006.

3. Desenho de pesquisa

Este trabalho propõe uma análise, à luz da teoria do comportamento eleitoral, mais especificamente sob a lente da Teoria da Escolha Racional, os dados apresentados no relatório “Opinião Pública Brasileira e seu lugar no Barômetro das Américas”, de 2019, produzido por George Avelino (CEPESP FGV-SP). Trata-se de um trabalho que utiliza os dados disponibilizados pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) em junho de 2019, no âmbito do projeto Barômetro das Américas, responsável por realizar uma série de *surveys* com cidadãos das Américas a respeito de temas diversos, relacionados à política de forma geral. A grande contribuição é fornecer aos pesquisadores dados atualizados que contribuam para estudos voltados à democracia no continente em perspectiva comparada.

O relatório que optou-se por analisar neste trabalho trata de uma gama de assuntos que envolvem o regime democrático brasileiro e de outros países. Em especial, destacam-se 3 grandes temas: (i) o andamento da democracia no país e o apoio a alternativas não democráticas; (ii) um experimento relativo à privatização da Petrobrás; e (iii) o desejo dos cidadãos de obter uma arma de fogo. A análise aqui desenvolvida foca nos pontos (i) e (iii). Apesar de interessante, o detalhamento da variável dependente na seção (ii) não é suficiente para que a análise seja possível.

A partir desse objeto, fonte de dados promissores, este trabalho analisa o comportamento dos eleitores a respeito desses temas tratados pelo relatório a partir da lente de análise da Teoria da Escolha Racional, mais especificamente a vertente do voto retrospectivo.

4. Resultados

4.1. “O andamento da democracia brasileira e apoio a alternativas não democráticas”

A análise dos dados levantou uma série de informações relevantes que podem ser analisadas a partir da literatura de comportamento eleitoral. Uma das perguntas do questionário solicitava que o respondente se autoposicionasse em uma escala de 1 a 10, sendo 1 a categoria mais à esquerda e 10 a categoria mais à direita. Respostas entre 1 e 4 eram classificadas como esquerda, 5 e 6 como centro e de 7 a 10 como direita. Entre a primeira edição da pesquisa em 2006 até 2012, mais da metade dos brasileiros se autoposicionavam no centro do espectro ideológico, e o percentual de brasileiros de direita superava os de esquerda.

A mudança mais notável na série temporal ocorreu em 2017, quando o percentual de esquerdistas superou em 11% o de direitistas, com um crescimento de 10% em relação à edição anterior da pesquisa (de 29% para 39%). Não se pode perder de vista que, no intervalo entre as duas edições, a presidente Dilma Rousseff (PT) sofreu um processo de *impeachment*, que resultou na ascensão de Michel Temer, vice-presidente, ao cargo. O aumento percentual de autoclassificados como de esquerda¹ segue justamente esse evento, que polarizou a opinião dos brasileiros.

Ao mesmo tempo, a última edição da pesquisa (2019) registrou uma exata inversão nos percentuais de indivíduos classificados como direita ou como esquerda. No primeiro caso houve um aumento de 11%, assumindo a marca de 39%, enquanto houve uma queda na

¹ Na mesma ocasião, pessoas autoclassificadas como de esquerda eram as que apresentavam os menores níveis de satisfação com a democracia. De fato, frequentemente acusava-se o processo de impeachment de inconstitucional, mas que ainda assim foi levado a cabo.

mesma proporção entre os classificados como esquerda. A pesquisa foi realizada entre 2018 e 2019, o que significa que captou o período em que Jair Bolsonaro foi eleito presidente da República. A campanha política de Bolsonaro se baseava, fundamentalmente, no sentimento de antipetismo compartilhado por boa parte da população naquele momento (BORGES; VIDIGAL, 2018). Isso justifica, em boa medida, o aumento percentual daqueles classificados como direita: a avaliação retrospectiva que se fazia naquele momento estava fortemente relacionada à uma imagem negativa do PT.

Após a vitória de Jair Bolsonaro, em 2018, a edição da pesquisa de 2019 registrou que os autotransclassificados como de direita eram os mais satisfeitos com a democracia no país (50%). Entre 2012 e 2017, o percentual de indivíduos satisfeitos com a democracia sofreu queda de 44%; entre 2014 e 2017, a queda foi de 19%, alcançando apenas 22% em 2017. Uma série de intercorrências foram verificadas nesse período: o impeachment da presidente Dilma Rousseff já foi comentado, mas a literatura da Teoria da Escolha Racional lembra que a economia tem grande efeito na avaliação dos atores. De fato, além da crise política, o ano de 2015 foi marcado também pela crise econômica, já que as exportações brasileiras foram afetadas com o fim do ciclo das commodities. Inclusive, trabalhos mais recentes associam a instabilidade política vivenciada por diversos países do mundo a crises econômicas, muitas vezes geradas por choques externos (CAMPELLO; ZUCCO, 2020).

No que diz respeito à concordância com a frase “A democracia tem alguns problemas, mas é melhor que qualquer outra forma de governo”, a menor diferença entre os concordantes e discordantes foi registrada justamente em 2017. Como já foi comentado em outras oportunidades, esse foi o primeiro ano de realização da pesquisa após a queda de Dilma Rousseff e a crise econômica de 2015.

No ano da reeleição de Dilma Rousseff, em 2014, quando o PT já acumulava três mandatos no cargo da presidência, o percentual de brasileiros que julgavam justificável um golpe militar em caso de “muita corrupção”. Naquela ocasião, Borges e Vidigal (2018) mostraram que houve um aumento no percentual de brasileiros classificados, segundo os autores, como antipetistas independentes. Como a literatura do voto retrospectivo argumenta, o eleitor pode se valer de uma série de parâmetros para avaliar um determinado governo. A corrupção, pelo menos no nível do discurso, estava em debate. Daí, por exemplo, os altos níveis de concordância com medidas mais drásticas - como um golpe militar - no caso de corrupção. Vale notar, ainda, que a análise por espectro ideológico mostrou que o apoio a um golpe militar foi maior, em 2019, entre pessoas que se autodeclararam de direita (43%), com aumento em relação à edição de 2017. Essa informação reforça a ideia de que os atores fazem

uma análise racional da disputa eleitoral, inclusive porque, entre as pessoas de esquerda, esse percentual caiu. Notadamente, tratava-se de uma pauta amplamente defendida por Jair Bolsonaro, candidato de extrema-direita.

A concordância com outras medidas autoritárias, como fechar o Congresso e dissolver o STF, não ultrapassaram os 50% na análise geral, mas cresceram. Por exemplo, o percentual de concordância com a dissolução do STF saltou de 13% para 38% em 2019. Cabe denotar que, em 2019, os níveis de concordância eram sempre maiores entre os indivíduos de direita. A análise dos dados dessas questões, no entanto, é limitada, já que houve uma pausa na sua aplicação após 2012, e só voltaram a ser aplicadas em 2019.

4.2. “O desejo de ter uma arma de fogo”

As eleições de 2019 trouxeram à tona uma antiga discussão: a comercialização de armas de fogo no país. Uma das propostas principais do candidato à presidência Jair Bolsonaro era relaxar as regras do Estatuto do Desarmamento, instituído ainda no primeiro governo Lula. Esse é um assunto que divide opiniões, principalmente, como mostra o próprio relatório, entre moradores da zona urbana e rural ou entre vítimas e não-vítimas de crimes.

Se o desejo por armas de fogo era de apenas 21% em 2012, esse percentual saltou para 43% em 2019. A limitação da série temporal é suprida por uma análise comparativa com outros 4 países da América: Peru, Equador, El Salvador e Guatemala. Em todos esses países, os percentuais se mantiveram relativamente estáveis ao longo desse período, com oscilação máxima de 6%. No Brasil, no entanto, a mudança foi muito mais brusca e com tendência de crescimento. É provável que o retorno desse debate à cena pública com maior frequência, além dos altos índices de sentimento de insegurança (conforme o próprio relatório) em 2017, possa também ter levado a um cálculo racional que via Jair Bolsonaro como a melhor opção neste quesito.

5. Considerações finais

A análise demonstrou que, de fato, o comportamento dos brasileiros em relação a determinados temas correspondem a um cálculo retrospectivo que leva em consideração alguns parâmetros principais. A economia, por exemplo, é um ponto indiscutível: a crise econômica de 2015 foi um ponto de inflexão em uma série de temas, conforme aponta a pesquisa do LAPOP e o detalhamento do próprio relatório. Por exemplo, após a queda da presidente Dilma Rousseff e a crise econômica, a satisfação com a democracia sofreu queda percentual na população. A relação entre crises políticas e econômicas também já foi

amplamente explorada (CAMPELLO; ZUCCO, 2020), reforçando a importância desses tópicos na análise retrospectiva.

A pesquisa também detectou que houve um aumento percentual nos brasileiros autoclassificados como de direita. Do ponto de vista teórico, isso se justifica pela percepção negativa generalizada que se tinha dos governos do PT naquele momento. Borges e Vidigal (2018) já haviam mostrado, para anos anteriores, como o sentimento de antipetismo era alto, especialmente quando surgiam casos de corrupção ou o país sofria com crises econômicas (ainda que petistas e antipetistas não parecessem ter grandes diferenças ideológicas). Outros aspectos, como o apoio a golpes militares, também foram analisados, e os resultados convergem para as explicações fornecidas pelo arsenal teórico do voto retrospectivo.

6. Referências bibliográficas

ALMOND, G.; VERBA, S. Presentacion, Prologo e Un enfoque sobre la Cultura Política. In: La Cultura Cívica. Madrid: La Editorial Católica, 1970.

BORGES, André. VIDIGAL, Robert. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 24, nº 1, jan.-abr., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/pVWZC8RnnP6d3pnQKygCPRg/?format=pdf&lang=pt>

CAMPBELL, A. et al. Theoretical orientation. In: . The American Voter. Chicago: University of Chicago Press, 1960.

CONVERSE, P. The nature of belief systems in mass publics (1964). Critical Review, v. 18, n. 1-3, p. 1-74, 2006.

CORREA, D. Os custos eleitorais do Bolsa Família: reavaliando seu impacto sobre a eleição presidencial de 2006. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 21, nº 3, dezembro, 2015. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IML0RqkwNQ_MDA_28d23_/v21n3a01.pdf

DOWNS, A. Introdução e Cap. 8 — A estática e a dinâmica das ideologias partidárias. In: Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013

LAZARSFELD, P.; BERELSON, F.; GAUDET, B. Prefacio a la segunda edición (p. 1-23) e El efecto de activación (p. 121-136). In: . El pueblo elige. Estudio del proceso de formación del voto durante una campaña presidencial. Buenos Aires: Ediciones 3, 1962.